

A revista *Chile-América* como arquivo da denúncia: a violência política da ditadura pinochetista por meio de testemunhos e imagens¹

La revista *Chile-América* como archivo de denuncia: la violencia política de la dictadura de Pinochet a través de testimonios e imágenes

The magazine *Chile-América* as an archive of the complaint: the political violence of the Pinochet dictatorship through testimonies and images

Raphael Coelho Neto²

 Não registrado

Resumo | *Chile-América* foi uma revista do exílio chileno publicada em Roma, na Itália, entre 1974 e 1983, durante a ditadura militar chilena (1973-1990). Foi criada, editada e dirigida por Julio Silva Solar, José Antonio Viera-Gallo, Bernardo Leighton e Esteban Tomic, chilenos identificados com um campo político socialista ou progressista cristão. A revista, junto ao debate político desenvolvido em suas páginas, contribuiu decisivamente para informar sobre os acontecimentos no Chile, enfatizando a circulação das denúncias que se produziram contra os crimes do aparato repressivo da ditadura. Inserida em redes transnacionais, atuou ao lado de organizações de direitos humanos e de formações e lideranças políticas diversas, do exílio e do Chile. O objetivo deste artigo consiste, então, em analisar parte do conteúdo destinado às denúncias tangentes à violação de direitos humanos no Chile, enfatizando a combinação da composição textual e imagética. Nesse sentido, interessa-nos a publicação e divulgação, em *Chile-América*, de desenhos criados por prisioneiros políticos ou artistas que buscavam, com a linguagem visual, compor o repertório de informações e denúncias sobre o autoritarismo vigente no Chile naquele contexto. É nossa intenção, com este trabalho, ressaltar o papel da revista *Chile-América* na formação de uma espécie de arquivo alternativo, composto por um acervo que procurou, ao mesmo tempo, informar o público leitor e organizar/produzir documentação de grande valor histórico no que toca à memória da violência política da ditadura e a resistência do campo da oposição democrática.

Palavras-Chave | Ditadura militar chilena. Exílio. Revista *Chile-América*. Direitos humanos.

Resumen | *Chile-América* fue una revista del exilio chileno publicada en Roma, Italia, entre 1974 y 1983, durante la dictadura militar chilena (1973-1990). Fue creado, editado y dirigido por Julio Silva Solar, José Antonio Viera-Gallo, Bernardo Leighton y Esteban Tomic, chilenos identificados con un campo político cristiano socialista o progresista. La revista, junto con el debate político desarrollado en sus páginas, contribuyó decisivamente a informar sobre los acontecimientos de Chile, destacando la circulación de las denuncias que se produjeron contra los crímenes cometidos por el aparato represor de la dictadura. Inserta en redes transnacionales, trabajó junto a organizaciones de derechos humanos y diversas formaciones políticas y líderes, tanto en el exilio como en Chile. El propósito

1 Este artigo é parte dos resultados da tese de doutorado, especificamente presente no capítulo 3, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, com financiamento da CAPES, intitulada *A revista Chile-América no exílio: redes de denúncia, direitos humanos e renovação socialista (1974-1983)*.

2 Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

de este artículo es, entonces, analizar parte del contenido destinado a las denuncias relacionadas con la violación de los derechos humanos en Chile, enfatizando la combinación de composición textual e imaginaria. En este sentido, nos interesa la publicación y difusión, en Chile-América, de dibujos realizados por presos políticos o artistas que buscaron, con lenguaje visual, componer el repertorio de informaciones y denuncias sobre el autoritarismo imperante en Chile en ese contexto. Es nuestra intención, con este trabajo, resaltar el papel de la revista Chile-América en la formación de una especie de archivo alternativo, integrado por una colección que buscaba, al mismo tiempo, informar al público lector y organizar/producir documentación de gran valor histórico en la que se toca la memoria de la violencia política de la dictadura y la resistencia del campo de la oposición democrática.

Palabras clave | Dictadura militar chilena. Exilio. Revista Chile-América. Derechos humanos.

Abstract | *Chile-América* was a Chilean exile magazine published in Rome, Italy, between 1974 and 1983, during the Chilean military dictatorship (1973-1990). It was created, edited and directed by Julio Silva Solar, José Antonio Viera-Gallo, Bernardo Leighton and Esteban Tomic, Chileans identified with socialist or progressive Christian political fields. The magazine, along with the political debate developed in its pages, contributed decisively to the reporting of events in Chile, emphasizing the circulation of denunciations that were produced against crimes committed by the repressive apparatus of the dictatorship. Inserted in transnational networks, the magazine worked alongside human rights organizations and diverse political formations and leaders, both in exile and in Chile. The purpose of this article is, then, to analyze part of the content intended for denunciations related to the violation of human rights in Chile, emphasizing the combination of textual and imagery composition. In this sense, we are interested in the publication and dissemination, in *Chile-America*, of drawings created by political prisoners or artists who sought, with visual language, to compose the repertoire of information and denunciations about the authoritarianism prevailing in Chile in that context. It is our intention, with this work, to emphasize the role of *Chile-América* magazine in the formation of a kind of alternative archive, composed of a collection that sought, at the same time, to inform the reading public and to organize/produce documentation of great historical value in the that touches on the memory of the political violence of the dictatorship and the resistance of the democratic opposition field.

Keywords | Chilean military dictatorship. Exile. *Chile-América* magazine. Human rights.

INTRODUÇÃO

O artigo que ora desenvolvemos objetiva compreender as estratégias de denúncia (em narrativas e imagens) da violência política da ditadura militar no Chile por parte da revista *Chile-América*, um dos mais importantes impressos da resistência chilena no exílio, cumprindo um expressivo papel de intervenção na arena humanitária e política transnacional.

O golpe de Estado contra Salvador Allende e o governo da Unidade Popular (UP), em 11 de setembro de 1973, foi um ato de extrema violência orquestrado e consumado pela direita chilena, com a participação de organizações sociais e políticas conservadoras e autoritárias, setores econômicos e midiáticos, e a ação fundamental e decisiva das Forças Armadas e do aparato de inteligência dos Estados Unidos. O autoritarismo, a brutal repressão, a tortura, as mortes, os desaparecimentos, a censura, a autocensura, a vigilância, a delação, a violência social, o fechamento inicial dos espaços de sociabilidade política (partidos, sindicatos e demais formas associativas), as profundas mudanças na política econômica e a pau-

latina introdução de valores decorrentes de uma visão de mundo neoliberal provocaram, em 17 de anos de ditadura militar (1973-1990), encabeçada pelo general Augusto Pinochet, uma ruptura drástica em relação ao que o Chile ensaiava ao longo do século XX no que dizia respeito ao desenvolvimento social e político.

O exílio massivo de chilenos foi um dos caminhos seguidos pela resistência ao golpe e à ditadura militar implementada, e foi sob essa condição política que se fundou, em setembro de 1974, a revista política *Chile-América*, em Roma. O impresso foi editado e dirigido por Julio Silva Solar, José Antonio Viera-Gallo, Bernardo Leighton e Esteban Tomic, membros do *Comité Editor*, tendo sido Fernando Murillo Viaña o secretário de redação da revista. Todos eles estiveram exilados na Itália (Esteban Tomic viveu também na Venezuela), tendo como trajetória a atuação na política chilena e o pertencimento a partidos políticos que, durante a ditadura de Augusto Pinochet, transformaram-se em resistência política, com destaque para a Izquierda Cristiana (IC) – Julio Silva Solar; o Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU) – José Antonio Viera-Gallo; e a Democracia Cristiana (DC) – Bernardo Leighton e Esteban Tomic. Apenas Fernando Murillo Viaña teve uma vinculação partidária não tão orgânica, filiado ao Partido Comunista chileno (PCCCh), não tendo sido formado, portanto, como os demais, em uma cultura política humanista/cristã e progressista.

Chile-América nasceu, precisamente, da necessidade de se promover a aproximação entre parte da UP e setores da DC, a partir da base mais progressista democrata-cristã, a que condenou imediatamente o golpe militar, tendo em vista que a ala diretiva mais à direita desse partido de centro, liderada por Eduardo Frei Montalva e Patricio Aylwin, apoiou a derrocada e destituição do governo de Salvador Allende pelos militares. Torna-se central lembrar que a relação entre a DC e a UP havia sido fraturada institucionalmente, desde o Congresso chileno, no auge da crise de governabilidade da esquerda chilena sob a presidência de Allende. A ausência de apoio oficial da DC a Salvador Allende comprometeu sobremaneira a sustentação do governo socialista.³

Assim, *Chile-América* se apresentou, em seu texto de fundação, *Posición y propósitos*, como resultado da iniciativa de um grupo de políticos e intelectuais da DC e da UP que representavam interesses para além deles próprios, membros do corpo editorial, propondo agregar forças políticas em uma luta unitária pelo restabelecimento de práticas e instituições democráticas, contra a intervenção militar e a ditadura no Chile. A revista se prestou, então, a ser uma tribuna de forças democráticas e progressistas que se dispunham à “defensa de los derechos humanos, del nivel de vida de los trabajadores, de la independencia nacional y de las libertades públicas” (EDITORIAL, 1974, p. 3-4).

O principal editor do impresso, seu diretor até 1982, Julio Silva Solar, explicou a respeito da criação de *Chile-América* na capital italiana, Roma, em setembro de 1974:

Esta historia empezó cuando nos encontramos en Roma, a comienzos de 1974, Bernardo Leighton, José A. Viera Gallo, Esteban Tomic y yo (Julio Silva S.). No era

3 Após uma breve aproximação nos momentos iniciais do governo de Salvador Allende, a DC, com uma posição política de centro, exerceu forte oposição parlamentar, em boa parte do mandato do presidente socialista, às políticas emergentes da UP, sobretudo nos meses finais que antecederam o golpe militar. Setores mais à direita do partido, liderados pelo ex-presidente Eduardo Frei Montalva, apoiaram a intervenção militar e a saída de Salvador Allende da presidência. Trata-se de questão central para o surgimento e desenvolvimento da revista Chile-América.

precisamente un encuentro de turistas. Estábamos exiliados. Después de largas deliberaciones acordamos formar un Centro de Documentación que editaría una revista, que fue finalmente “Chile-América”. Queríamos, tal vez, entre otras cosas, revertir en un modesto nivel, la aguda beligerancia que se había producido entre la Democracia Cristiana y la Unidad Popular, lo que despejó el camino al golpe militar del 11 de setiembre de 1973. Al contrario, nuestra iniciativa dependía de la buena y eficaz colaboración que pudiéramos lograr entre dos demócratas cristianos, Leighton y Esteban Tomic y dos de la Unidad Popular, Viera Gallo y yo. Esa colaboración funcionó, dió resultado: la revista se publicó durante 10 años, su último número es de setiembre de 1983 (SILVA SOLAR, acceso em 2016)

De setembro de 1974, um ano após o golpe, a setembro de 1983, foram publicados 89 números de *Chile-América*, em edições duplas ou triplas, de circulação trimestral. Suas diferentes seções enfatizaram o debate político e pelos direitos humanos, destacando-se também as publicações sobre economia, as bases progressistas da Igreja católica chilena e internacional, cultura, informações diversas sobre o Chile, neste caso, muitas vezes, por meio de correspondências divulgadas que evidenciavam o amplo alcance atingido pela revista.

Com a necessidade de retorno de Julio Silva Solar, em 1982, para Santiago, volta ao país autorizada em função do agravamento do estado de saúde de sua companheira, Glória Montes, José Antonio Viera-Gallo assumiu a direção da revista em Roma por cerca de um ano, até o fim da publicação. Viera-Gallo, além de ser responsável pela parte financeira e os contatos no exterior em toda trajetória da revista, redigiu todos os editoriais durante seus nove anos de existência. Costumava submeter seus textos a Bernardo Leighton, enquanto este, liderança democrata-cristã, esteve em condições físicas de colaborar com a revista, tendo em vista o atentado sofrido por ele na Itália, desfechado pela extrema direita local em associação com a ditadura chilena, pouco mais de um ano após a criação de *Chile-América*, fato que debilitou a sua saúde (VIERA-GALLO, entrevista ao autor, 2018). Bernardo Leighton, pela importante e reconhecida trajetória como intelectual e político democrata-cristão, fundador do partido, conferiu à *Chile-América* prestígio internacional e difusão nos principais circuitos da DC internacional, sobretudo a democracia-cristã italiana e venezuelana, circulação reforçada pela presença de Esteban Tomic, filho de outro prestigiado democrata-cristão chileno, Radomiro Tomic.

Com o retorno, até 1983, daqueles que foram seus fundadores e diretores em momentos distintos, Silva Solar por maior tempo e, depois, Viera-Gallo, *Chile-América*, como revista do exílio, encerrou sua publicação com a edição 88-89, correspondente ao período de julho a outubro de 1983. Cumpriu seu papel fundamental no exílio, tendo sido o principal impresso periódico de debate político plural no campo progressista e de denúncia da violação de direitos humanos cometida pela ditadura de Augusto Pinochet.

Ainda que a intenção dos dois principais editores da revista, Silva Solar e Viera-Gallo, tenha sido a de publicá-la em Santiago, sobressaíram as condições de censura, impedindo sua continuidade no Chile. Também foram empecilhos determinantes as dificuldades financeiras, reveladas pelo *Consejo de Chile-América* aos leitores, em sua última edição:

Durante casi 10 años realizamos una empresa que parecía imposible: entregar ininterrumpidamente la revista superando complejos problemas derivados de la per-

manente exigüedad de los medios disponibles. Lo logramos gracias a la generosa contribución de nuestros donantes y al apoyo de nuestros suscriptores. Ese flujo de recursos no ha sido posible mantenerlo, y ahora nos vemos forzados a cerrar esta etapa (CONSEJO DE CHILE-AMÉRICA, 1983, p. 2).

Chile-América buscou, claramente, como linha editorial, fazer a denúncia da repressão política e propor uma saída democrática para a ditadura militar, perspectiva de atuação presente em todos os números da revista. Vinculou-se, na virada da década de 1970 e princípio dos anos 1980, ao movimento pela renovação do socialismo no Chile, que defendia profundas transformações teóricas e práticas para a esquerda chilena, com forte influência eurocomunista, afastando-se da linha marxista-leninista e apontando para uma ampla frente democrático-progressista. Tendo em vistas sua inserção em redes transnacionais de circulação das informações e das denúncias tangentes à violação de direitos humanos no Chile pelo aparato repressivo da ditadura, a revista constituiu-se como uma espécie de arquivo alternativo do terror estatal levado à efeito contra os opositores do regime pinochetista, produzindo, recebendo ou organizando documentação que se acumulava em suas páginas de maneira integral ou parcialmente, muitas vezes oriunda de organismos ou comissões humanitárias diversas.

TESTEMUNHOS E IMAGENS DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DA DITADURA: AS PRISÕES CLANDESTINAS DA DITADURA

Em *Chile-América*, a seção *Derechos Humanos* da edição 16-17-18, publicada no início de 1976, foi especialmente contundente em termos das denúncias exercidas contra a ditadura. E isso se consumou ao serem apresentados informes de comissões de direitos humanos e testemunhos de ex-prisioneiros que estiveram em espaços clandestinos de tortura, com destaque para *Villa Grimaldi*⁴.

Os depoimentos dos perseguidos políticos estiveram originalmente presentes no informe de janeiro de 1976 do Grupo de Trabalho *Ad Hoc* da Comissão de Direitos Humanos da ONU, no contexto de investigação das denúncias de violência cometida pelo Estado ditatorial chileno. Esclarecia-se na revista a respeito da difusão do documento da ONU: “A raíz de la difusión en Ginebra y en el mundo entero del Informe del Grupo de Trabajo Ad Hoc establecido por la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas para investigar la situación actual de los derechos humanos en Chile, [...] CHILE-AMÉRICA [lo] ha estudiado cuidadosamente”. E complementou: “las acusaciones contenidas en el informe son abrumadoras y los testimonios anexos mucho más impresionantes” (CHILE-AMÉRICA, 1976, p. 70).

⁴ *Villa Grimaldi* foi uma propriedade localizado em imóvel (hoje centro de memória *Corporación Parque por la Paz Villa Grimaldi*) situado na rua José Arrieta, na divisa das comunas de *Peñalolén* e de *La Reina*, em Santiago, próximo à cordilheira. Tratou-se de um antigo restaurante que se chamava *El Paraíso* até novembro de 1974. Antes de ser um centro comercial, fora uma mansão de luxo com jardins amplos e piscina. Ao final desse ano de 1974, foi expropriada por *Resolución Exenta* número 3.575 da *Corporación de Mejoramiento Urbano* e se transformou em quartel-sede da *Brigada de Inteligencia Metropolitana*, BIM, sob a direção de Manuel Contreras, que também chefiou a DINA (ROJAS, 1988, p. 50-51).

Os acessos de *Chile-América* aos documentos produzidos pela referida comissão das Nações Unidas ocorriam, frequentemente, como revelado pelos editores da revista, por meio da divulgação exercida pela própria organização transnacional, visando conhecimento público das informações e, portanto, destinando-os também à imprensa internacional interessada em reproduzi-los. Segundo Luis Roniger, a respeito dessa conjuntura, os organismos humanitários transnacionais e a formação de organizações não governamentais e civis associadas ao ativismo e solidariedade nas comunidades do exílio latino-americano “habrían de insertar el nuevo discurso de los derechos humanos aun bajo las dictaduras e impactar la evolución de la normativa jurídica tras las transiciones a la democracia en América Latina” (RONIGER, 2018, p. 29). De fato, a luta política que seguia resolutamente o caminho das denúncias e circulação das informações de maneira a pressionar a ditadura chilena, contribuiria anos depois para reivindicar justiça de transição, um compromisso democrático pela verdade e pela memória de forma a responder moral e judicialmente à violência política.

Em *Chile-América*, os contatos e a organização de material adquirido junto aos organismos de direitos humanos eram, geralmente, realizados por Fernando Murillo Viaña, embora todos os membros de *Chile-América* tivessem alguma vinculação e entrada junto à ONU e demais organismos transnacionais, em razão do trabalho exercido por eles e pelo prestígio que angariavam como intelectuais chilenos exilados. Ademais, os membros da revista reforçaram conexões com compatriotas que trabalhavam na esfera transnacional pelos direitos humanos, como o ex-deputado pelo Partido Comunista do Chile, Luis Guastavino, membro da ONU e de *Chile-Democrático*, organização com sede em Roma, tal qual a revista, fundada com o intuito de organizar o trabalho político dos exilados chilenos. Guastavino trabalhou junto à Comissão de Direitos Humanos e à Assembleia Geral das Nações Unidas, com sedes em Genebra e Nova Iorque, respectivamente, por cerca de 10 anos, entre 1974 e 1984, tendo sido um importante colaborador de *Chile-América*.

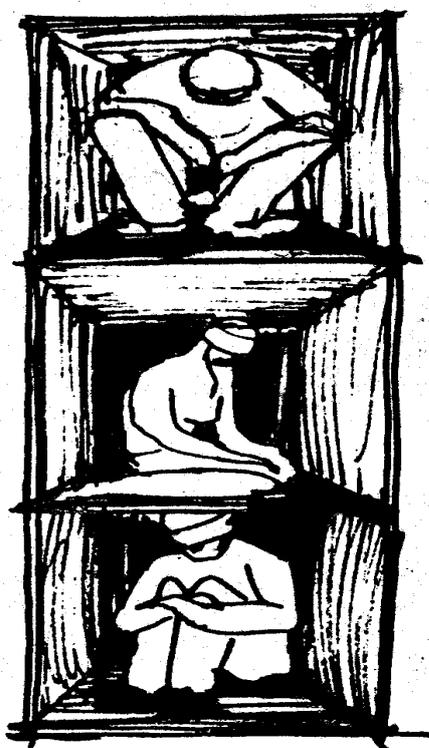
A revista também publicou, na mesma edição 16-17-18, testemunhos orais conferidos a outros organismos, nacionais e transnacionais, que progressivamente atualizavam informações sobre presos, desaparecidos e prisões políticas secretas da ditadura, prisões a respeito das quais, por exemplo, pouco se conhecia naquele momento e gradativamente se revelavam as atrocidades cometidas por agentes da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) em seus espaços de detenção e tortura. Nesse sentido, foi destaque em *Chile-América* o informe da *Comisión Investigadora de los Crímenes de la Junta Militar en Chile*, contendo, em anexo ao documento principal, os depoimentos apresentados em audiência, realizada em Helsinque, Finlândia, nos dias 28 e 29 de março de 1976.

Pela relevância de abundante documentação de denúncia produzida em um momento agudo da repressão contra os opositores políticos e o acesso a ela obtido pela revista, a edição 16-17-18, como mencionamos, revelou-se uma das mais incisivas nas acusações contra a ditadura, fruto dos contatos com os organismos de direitos humanos: “CHILE-AMÉRICA ha decidido recojer en esta edición”, explicava a revista, “algunos de los testimonios más escalofriantes presentados no sólo en Ginebra, sino que en la reciente audiencia de

la Comisión Investigadora de la Junta Militar, [...] completándolos con información de más reciente data que nos ha llegado directamente de Chile y de otros países" (CHILE-AMÉRICA, 1976, p. 70).

Associada à publicação dos testemunhos das vítimas da repressão do pinochetismo, um dos recursos editoriais utilizados por *Chile-América* foi o de reproduzir imagens, geralmente desenhos, presentes ou não nos documentos originais, de modo que seus leitores tivessem uma visualização mais próxima ao que se passou nos espaços clandestinos da ditadura chilena. Abaixo, o desenho de *Las Torres de Villa Grimaldi*, publicado em *Chile-América*, feito pelo arquiteto Miguel Lawner, ex-integrante do governo de Salvador Allende e que esteve preso em *Dawson*, nos primeiros momentos da ditadura, partindo posteriormente para o exílio na Dinamarca:

Figura 1 - Chile-América, n. 16-17-18, 1976, p. 80.



VILLA GRIMALDI : LAS TORRES

Sobre estas líneas, un boceto del arquitecto chileno Miguel Lawner, destinado a interpretar los testimonios de Aura María Hermosilla y María Loreto Pellissier sobre el encierro de Gladys Díaz, durante tres meses en las "conejeras" de Grimaldi.

O desenho de Miguel Lawner, como explicado no texto acima em espanhol, anexo à imagem, foi feito com base nos testemunhos de Aura Maria Hermosilla e Maria Loreto Pelissier, quando da passagem traumática de ambas por *Villa Grimaldi*. Elas eram integrantes da Igreja Católica, instituição vista como inimiga pelo poder estatal, a cada manifestação pública humanitária em defesa dos perseguidos políticos e seus familiares. *Chile-*

-América reproduziu, sobre as torturas na prisão secreta de *Villa Grimaldi*, relatos de Aura Herмосilla, jovem que foi colaboradora do *Comité Pro Paz* no Chile, organismo de direitos humanos criado para assistir às vítimas da repressão e seus parentes que ansiavam por notícias dos entes desaparecidos. O depoimento de Herмосilla foi proferido na reunião de Helsinki da Comissão Investigadora dos Crimes da Junta do Chile, em março de 1976, organismo aludido anteriormente.⁵ As sessões da Comissão Investigadora geralmente eram constituídas por testemunhos de pessoas no exílio, recém-saídas de suas prisões políticas no Chile e que conseguiam asilo político e amparo diplomático para deixarem o país. Aura Herмосilla, exilada na Noruega, desvelou na reunião de Helsinki os horrores vividos por ela em *Villa Grimaldi*.

De acordo com seu depoimento e as imagens a ele atreladas, ela foi detida por agentes da DINA no dia 8 de novembro de 1975 na porta da prisão feminina *Casa Correccional de Mujeres*, junto a outros colaboradores do *Comité Pro Paz*, María Loreto Pelissier e o capelão Patricio Gajardo. Durante a abordagem, foi dito a eles que iriam somente assinar uma declaração sobre a atividade que exerciam e que precisariam estar vendados, pois o fariam em um local de segurança que deveria ser mantido em sigilo. Foram, então, conduzidos a *Villa Grimaldi* e despojados de todos os objetos pessoais. Em seguida, enquanto Gajardo era interrogado, Herмосilla foi levada a uma sala contígua, desnudada, amarrada e violentada por três homens. Após 6 horas de violência, foi conduzida a uma cela junto a Loreto Pelissier. Durante a noite, as duas foram chamadas várias vezes a outro compartimento do local para declarar suas supostas militâncias e dar nomes de pessoas com as quais trabalhavam no *Comité Pro Paz* e que exerciam atividades políticas, segundo inferências dos próprios agentes/torturadores da ditadura (CHILE-AMÉRICA, 1976, p. 74-75).

No dia 9 de novembro, os três religiosos foram levados à prisão de *Cuatro Álamos*, centro clandestino da DINA situado no complexo prisional de *Tres Álamos*, permanecendo alguns dias sem qualquer comunicação, até serem conduzidos de volta à *Villa Grimaldi*, onde sofreram novas sessões de torturas com correntes elétricas em várias partes do corpo. Aura

⁵ Essa comissão internacional investigadora foi mais uma organização transnacional de solidariedade com a causa chilena, fundada na Finlândia para tal finalidade logo após o golpe de estado no Chile, funcionando entre 1974 e 1990 em diversas cidades europeias e latino-americanas, como na Cidade do México, com sessões públicas abertas. Os antecedentes para a criação da comissão estiveram diretamente vinculados a Ulf Sundqvist, então ministro da Educação da Finlândia, membro do Partido Social-Democrata finlandês, e a chilenos como Hortensia Bussi, viúva de Salvador Allende, a escritora Isabel Allende e o escritor Armando Uribe, e os políticos de esquerda Carlos Altamirano e Jorge Arrate, do PS; Volodia Teitelboim, Manuel Cantero e Sergio Insunza, do PCCh; José Miguel Insulza, do MAPU; e Juan Enrique Miquel, da IC, entre outros. Posteriormente, aprofundaram-se reuniões, compostas por parlamentares de diferentes partidos e representantes de organizações sindicais e democráticas de massas, especialmente da Finlândia, preparatórias para a formação da Comissão Internacional Investigadora, que foi finalmente integrada por autoridades políticas, juristas e intelectuais de distintos países, dentre eles Sergio Insunza (ex-ministro da Justiça do governo Allende), e presidida por Jacob Söderman, membro do Partido Social-Democrata, ex-ministro da Justiça e Presidente da delegação finlandesa da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Comissão não possuiu poderes e atribuições de um tribunal, assim como qualquer outra comissão transnacional de direitos humanos. Sua sanção, como as demais, foi moral e denunciatória, investigando as violações de direitos fundamentais e outros atos ilegais/criminais por parte da ditadura militar no Chile. Ver ORREGO, Elizabeth; ZÚÑIGA, Gonzalo. La solidaridad internacional con Chile: una aproximación a la Comisión Internacional Investigadora de los crímenes de la Junta Militar en Chile. In: <http://www.cedocmuseodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2011/12/Sobre-la-Comisi%C3%B3n-Internacional-InvestigadoraFinal%C3%ADsimo.pdf>. Acesso em: 09/09/2020.

Hermosilla foi novamente acometida por graves violências psicológicas e sexuais, retornando em seguida para *Cuatro Álamos*, confinada em uma pequena cela com nove pessoas, quando a capacidade seria para quatro (CHILE-AMÉRICA, 1976, p. 75).

Duas semanas depois, no dia 23 de novembro, Hermosilla foi levada a *Tres Álamos* junto a Loreto Pelissier e à médica britânica Sheila Cassidy, a quem então conheceu, presa por socorrer o dirigente do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), Nelson Gutiérrez, ferido à bala em confronto com as forças de segurança. Hermosilla afirmou, então, ter conhecido a jornalista chilena Gladys Díaz, militante do MIR, que esteve por quase três meses em *Villa Grimaldi*, duramente torturada e “metida en un cajón de un metro cúbico. Era una torre formada con estos cajones que estaban unos sobre otros y donde introducían a los detenidos” (CHILE-AMÉRICA, 1976, p. 76).⁶ Esses recintos de pequenas dimensões, sem luz nem ventilação, ficaram conhecidos em *Villa Grimaldi* como *La Torre*, como observamos no desenho anterior de Miguel Lawner, dando-nos uma dimensão do tipo de violência imposta pela ditadura a seus adversários políticos.

Em sua tese de doutorado, Romané Landaeta Sepúlveda, citando informação presente no *Informe Rettig*, afirmou que, possivelmente, as pessoas que foram levadas à *La Torre* eram consideradas presos de maior relevância, segundo a DINA, e que haviam passado pela etapa de violentos interrogatórios. Muitos não foram mais vistos após tais experiências violadoras de suas integridades físicas e psicológicas. A autora destacou que nesses espaços foram colocados em isolamento absoluto os prisioneiros que se negavam a colaborar, encontrando-se já fracos e bastante violentados pelas torturas, forçados a permanecer em espaços diminutos, sem ar e desprovidos de mínima condição sanitária, cujos odores, segundo os relatos, eram insuportáveis (LANDAETA SEPÚLVEDA, 2012, p. 487-488).

Como observamos, não obstante o prestígio social da Igreja Católica no Chile, o qual, supostamente, poderia garantir alguma proteção à instituição, nem mesmo parte dos seus membros escapou da perseguição e das ações de violência da ditadura chilena

Os relatos de Aura Hermosilla, evidenciando momentos estarrecedores no centro clandestino de *Villa Grimaldi*, cruzaram-se com as palavras, não menos reveladoras da violência brutal nos “porões da ditadura”, da já mencionada companheira de prisão, a britânica Sheila Cassidy, cuja revelação da detenção pelos serviços de segurança e as torturas sofridas em *Villa Grimaldi* provocaram sério incidente diplomático, afirmou o historiador Julio Pinto Vallejos (2006, p. 178).

Ante o conjunto impressionante de depoimentos no ano de 1976, *Chile-América* publicou o testemunho de Sheila Cassidy proferido ante a Comissão de Direitos Humanos da ONU, Anexo V ao informe do grupo de trabalho *Ad Hoc* da comissão, em sessão ocorrida em 19 de janeiro. Ela foi presa, interrogada e torturada por ter sido chamada a prestar assistência médica a Nelson Gutiérrez, que, como expressamos, ferido em confronto com as forças de segurança em outubro de 1975, encontrava-se escondido por padres, assistido inicialmente por duas religiosas em uma habitação/convento de monjas norte-americanas, ao que parece, em recinto situado no setor popular de *Pudahuel*, onde eram desenvolvidos trabalhos sociais.

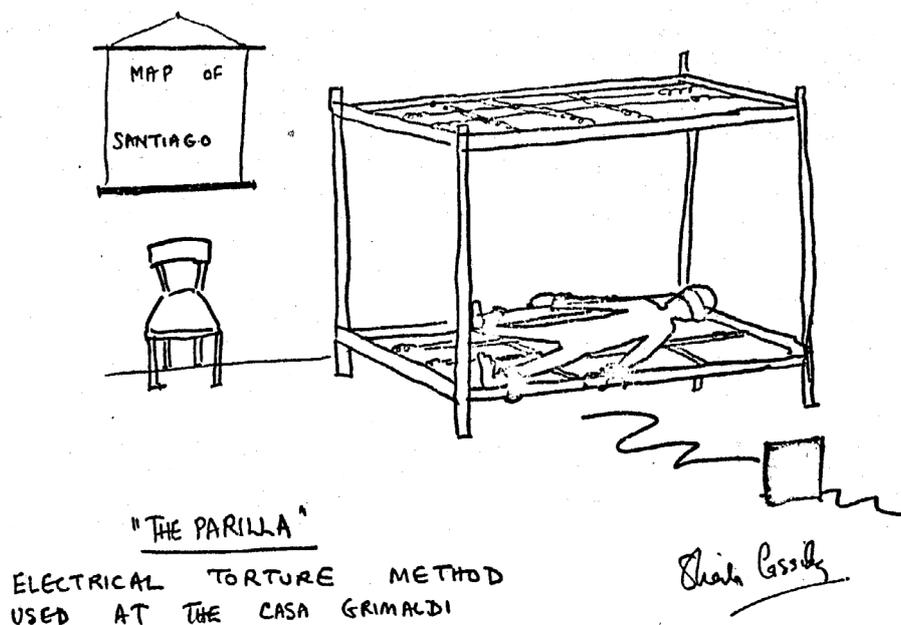
⁶ Sobre a jornalista Gladys Díaz, na mesma edição da revista, também na seção *Derechos Humanos*, ver o texto *La espantosa situación de la periodista Gladys Díaz*, p. 79-80.

Com asilo político conseguido na Anunciatura Apostólica por intermédio dos religiosos, Nelson Gutiérrez, ferido à bala na perna, necessitava dar continuidade ao tratamento e, então, voltou a ser atendido por Cassidy. Os fatos levantaram a suspeita dos agentes da DINA de que Sheila Cassidy também pudesse pertencer ao MIR ou fosse uma militante da esquerda radical chilena. Ela revelou que, nos interrogatórios e sob duras torturas, com eletrodos no corpo através dos quais lhe descarregavam seguidamente corrente elétrica, lhe inquiriam sobre o paradeiro de Andrés Pascal Allende, dirigente máximo do MIR após a morte de Miguel Enríquez (CHILE-AMÉRICA, 1976, p. 90-91).

Destacamos, em seu relato, a descrição do método de tortura aplicado em *Villa Grimaldi*, chamado de *La Parrilla*, tão famigerado como a clausura em *Las Torres*. Consistia em ser atado a uma cama, uma espécie de catre metálico, tendo sido as vítimas desnudas, vendadas, introduzidos em seus corpos eletrodos, frequentemente nas genitálias ou em outras partes sensíveis, e submetidos a muitas descargas elétricas em níveis variáveis de intensidade, a depender das intenções durante o interrogatório. Pelo alto risco de morte que impingia às vítimas, geralmente as sessões eram acompanhadas por médicos. Foi uma prática habitual em todos os centros de detenção no Chile, mas ganhou bastante notoriedade em *Villa Grimaldi*, de acordo com os testemunhos das vítimas. As descargas elétricas provocavam agudas dores físicas e intenso sofrimento psíquico nos que padeciam dessa violência (CHILE-AMÉRICA, 1976, p. 89-90).⁷

O desenho da própria Sheila Cassidy, feito de maneira a explicar o que a ela se passou durante sessão de tortura em *Villa Grimaldi*, foi elucidativo a respeito dessa prática atroz aplicada a muitos presos políticos:

Figura 2 - *Chile-América*, n. 16-17-18, 1976, p. 90.



⁷ Sobre outros métodos de tortura aplicados pelas forças da repressão, ver COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. *Informe de la Comisión Nacional de Prisión Política y Tortura*. Gobierno de Chile, Santiago, 2004.

A imagem acima, como as demais em *Chile-América*, tangentes às denúncias, cumpriram a função pedagógica de elucidar, detalhar e criar uma visualidade, a mais representativa possível, sobre a violência política, informando sobre os métodos e instrumentos de tortura aplicados pelas forças repressivas, jamais revelados, sobre os quais, portanto, somente se poderia ter conhecimento por meio das denúncias que ganhavam a esfera pública nacional e transnacional. Estamos a tratar, portanto, de imagens da violência e repressão política, uma representação visual entendida aqui como prática de significação contextualizada⁸, forma de linguagem, nos casos em questão sobre os quais analisamos, que visava denunciar os crimes da ditadura, tal qual notaremos, também, para o caso dos desaparecidos. As imagens, portanto, concerniam à visualidade que dialoga e faz apelo à imaginação e à memória (KNAUSS, 2006, p. 108).

OS DESAPARECIMENTOS

No que tange à violência política da ditadura militar, *Chile-América* abordou, de modo especial, o drama dos desaparecimentos de pessoas no Chile, em boa medida militantes dos partidos de esquerda, com destaque para o MIR, PS e PC, e a resistência ao regime pinochetista que havia se engajado na defesa dos direitos humanos.

Tal prática, ainda mais utilizada pela ditadura a partir de 1976, como interpretou a revista, visava a manutenção da impunidade ao reprimir opositores políticos e ocultar suas mortes ou suas prisões arbitrárias em recintos secretos. O desaparecimento, como prática do repertório de violações dos direitos humanos pelo aparato repressivo estatal, deixava as vítimas, geralmente presos-políticos, em uma indefinição quanto a sua condição legal e mesmo vital, permitindo a efetivação dos maiores abusos, como as torturas e toda sorte de violência (CHILE-AMÉRICA, 1976, p. 98). *Chile-América* compôs um quadro explicativo aos leitores sobre os procedimentos persecutórios voltados para os opositores políticos - altamente devastadores para um amplo espectro social, atingindo centralmente os familiares das vítimas:

A todas luces, Pinochet y sus asesores en materia de represión fueron paulatinamente dándose cuenta que sería muy difícil justificar las detenciones en virtud del Estado de Sitio, de acuerdo a las normas establecidas en el decreto 1.009 y en reglamento 187. [...] La prolongación por largo tiempo de algunas detenciones, en algunos casos hasta casi tres años, sin someter a los detenidos a acusación o juicio también contribuía a la mala imagen del régimen. Por eso, prácticamente a partir de abril-mayo de 1976, se institucionalizó la "desaparición", modalidad que no era nueva para la DINA, ya que desde su creación empezó a hacer desaparecer detenidos (CHILE-AMÉRICA, 1976 e 1977, p. 192).

A Junta Militar reconhecia como presos políticos apenas aqueles detidos oficialmente em razão do Estado de Sítio⁹, em lugares de detenção reconhecidos publicamente, como *Tres Álamos*, em Santiago, e *Puchuncaví*, na região de Valparaíso.

8 Sobre os estudos visuais e suas tendências teórico-metodológicas no campo das humanidades e das ciências sociais, ver KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006.

9 O Estado de Sítio foi declarado em 18 de setembro de 1973. No dia 11 de março de 1975, por meio do decre-

O método de fazer desaparecer adversários políticos, negando-se a tutela das autoridades estatais sobre as vítimas, “livraria” o regime político pinochetista, segundo a interpretação da ditadura, de prestar esclarecimentos públicos sobre os desaparecidos, facilitando, inclusive, a interdição de investigações judiciais, se necessário fosse, em casos de litígios daqueles que buscavam pelos destinos dos seus entes. Essa trágica condição de “desaparecido” ou a prática de “fazer desaparecer” pela ditadura carregava, ainda, de acordo com *Chile-América*, um terceiro elemento, talvez o mais incisivo do ponto de vista social, que era o pressuposto da generalização do clima de terror para a resistência política interna e a sociedade em geral. De forma central, como reiterava a revista, os desaparecimentos asseguravam a punição do Estado às vítimas e certa garantia da impunidade para os agentes do aparato repressivo e seu comando diante dos crimes cometidos (execução, assassinatos, cárceres arbitrários e torturas). A prática de “fazer desaparecer” os adversários políticos foi considerada, pelo corpo editorial da revista, ação mais alarmante do conjunto de violações de direitos humanos no Chile, visto que os desaparecidos, dentre todas as violências sofridas, encontravam-se na iminência de perder a vida, sua existência estava condicionada à tutela de outrem que, nessas condições, detinha o poder sobre seus destinos. Além dos sofrimentos e incertezas causados no ambiente familiar, a condição de desaparecido criava uma chaga social e conflitos morais e jurídicos que ampliavam a dramática situação impingida (CHILE-AMÉRICA, 1976 e 1977, p. 229).¹⁰

Ainda por esse viés de análise e compreensão sobre o crime de desaparecer com os opositores políticos, *Chile-América* explorou informe da Comissão de Direitos Humanos da ONU do último ano de 1976, no qual se explicava que os desaparecimentos, em essência, ocorriam após as prisões, interrogatórios e torturas de pessoas que permaneciam por tempo indeterminado nos centros clandestinos, à sorte dos desígnios das autoridades responsáveis por eles. A angústia, a forte aflição e a desintegração das relações familiares e sociais provocadas pela ausência física de pessoas próximas (e o conseqüente trabalho oficial com a desinformação) foram especialmente ressaltadas pela revista como parte constitutiva das operações da DINA (CHILE-AMÉRICA, 1976 e 1977, p. 191-193).

A *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* de 25 de abril de 1990, em seu informe entregue em fevereiro de 1991 pelo então presidente Patricio Aylwin, o *Informe Rettig*, reelaborado em 1996 pela *Corporación Nacional de Reparación y Reconcilia-*

to 922, declarava-se, para o território nacional, Estado de Sitio em grau de defesa interna. Pouco depois, o decreto-lei 1009, de que se refere na citação acima da revista, de 8 de maio de 1975, sistematizava as regras de criminalização de ações contra a segurança do Estado e discriminava sobre a proteção legal dos detidos acusados de crimes contra a segurança nacional. Sobre os decretos e a legislação da ditadura, ver: PASTRO, Tamara Claudia Coimbra. *Comparação de elementos da justiça de transição no Brasil e no Chile e a atuação das Comissões da Verdade como instrumentos para a democracia (1961-2019)*. (Dissertação de mestrado). 236f. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

¹⁰ Ver também CHILE-AMÉRICA. Las desapariciones constituyen la practica más alarmante del conjunto de violaciones de los derechos humanos en Chile. *Chile-América*, Roma, n. 28-29-30, 1977, p. 211-216. Há, nesta última edição, análise sobre o dossiê da Anistia Internacional sobre a questão dos desaparecidos no Chile.

ción, procurou trabalhar com a categoria de *detenidos-desaparecidos*, tendo em vista que, em todas as situações declaradas por ela, revelaram-se condições de detenção acompanhadas ou seguidas de medidas de ocultamento e de negativas oficiais. Na maioria das vezes, após as prisões, aplicaram-se maus tratos e torturas, podendo resultar no assassinato da vítima e a disposição de seus restos de modo que não pudessem ser encontrados ou deixar qualquer pista sobre seus destinos. Como se lê no documento, prevaleceram, em momentos distintos da repressão, duas formas de práticas de prisão seguidas de desaparecimento. Em um primeiro momento, imediatamente posterior a 11 de setembro de 1973, elas foram realizadas em diferentes pontos do país, por diversas unidades militares, às vezes acompanhadas de civis. Consistiram, em geral, nesse período de violência disseminada, em execuções sumárias ou assassinatos das vítimas, seguidos da negação dos fatos ou da entrega de versões falsas. Entre 1974 e 1977, sob a coordenação da DINA, prevaleceu uma prática orquestrada de extermínio, dirigida sistematicamente contra certa categoria de pessoas, notadamente, os membros dos partidos de esquerda (COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN, 1996, p. 22-26 e p. 888).

O que nos apresentou *Chile-América*, e fez parte também das informações posteriores dos documentos produzidos pelas comissões nacionais da verdade no Chile, foi que a violência se disseminou e se transformou ao longo de todo o período ditatorial. Em que pese a polêmica em torno dos limites e carências do resultado do trabalho final da *Comisión de Verdad y Reconciliación*¹¹, levando, por conseguinte, por decreto presidencial de Ricardo Lagos, em 2003, à formação da *Comisión Valech*, ampliando o sentido da motivação política e o alcance das vítimas durante a ditadura (sobretudo no que tange a prisões e tortura), interessa-nos entender esses processos posteriores como consequência de esforços diários por buscas pela informação e registro por parte de iniciativas políticas como foi *Chile-América*, em associação com os organismos de direitos humanos. A definição sobre os desaparecimentos no *Informe Rettig* se conjuga com um trabalho de reflexão previamente desenvolvido pela revista chilena sobre essa prática durante a ditadura pinochetista, em que a ênfase recaía sobre a ação do Estado. Porém, já se compreendia, nas páginas do impresso de exílio, com destaque para os editoriais, que as perseguições eram resultado de uma natureza política mais ampla, para além da ação direta institucional, fruto, portanto, de uma cultura autoritária que se ampliava no país e se ramificava para as relações da sociedade civil, gerando divisões e conflitos sociais.

Vejamos, abaixo, o desenho do artista chileno José Venturelli, um dos grandes nomes das artes plásticas chilenas, cujo trabalho, após o golpe e o exílio, ficou marcado pela condenação que ele direcionou à violência política e à violação dos direitos humanos

11 Os trabalhos da *Comisión de Verdad y Reconciliación* se restringiram a investigar as situações dos presos-desaparecidos, executados, sequestros e atentados contra a vida resultado de atuação de agentes do Estado. Não foram contempladas, assim, muitas das vítimas de tortura, de *allanamientos*, dos exílios e das exonerações por razões políticas. Ver CRUZ, María Angélica. Silencios, contingencias y desafíos: el archivo de la Vicaría de la Solidaridad en Chile. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (orgs.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Buenos Aires; Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 162.

no Chile.¹² Essa obra, na qual a temática dos desaparecimentos é central, foi utilizada por *Chile-América* para a abertura da seção *Derechos Humanos* da edição de número 31-32, maio-junho de 1977:

Figura 3 - *Chile-América*, n. 31-32, 1977, p. 151.

D E R E C H O S H U M A N O S



¿Donde está mi marido? — José Venturelli.

Foi comum, na abertura da seção *Derechos Humanos*, uma das mais importantes da revista, abri-la com uma imagem, geralmente em desenho, como o exposto acima, portadora de uma carga dramática destinada a realçar as denúncias feitas em textos. Denúncias essas que, não obstante presentes ao longo de todas as edições da revista e difundidas em suas páginas, concentravam-se na seção mencionada. Fazer calar e amedrontar a resistência com os desaparecimentos frequentes significava, de modo especial, atingir com temor e pressão psicológica os familiares dos desaparecidos, como está claro na imagem que apresentamos.

Para combater suposta situação de normalidade social e de dissimulação a respeito da violência política forjada pela ditadura e seus apoiadores, *Chile-América* propôs que se exercesse aquilo que foi propósito editorial e político central da revista, o esforço da contra-informação às narrativas oficiais ou oficiosas, portanto, o exercício da denúncia ao regime autoritário de Pinochet e suas ações de violência. O engajamento no debate público, com informações, narrativas e imagens críticas, analíticas e fundamentadas, era prática essencial da luta política para derrotar a ditadura e a consequente construção da democracia. Assim a revista compreendia seu papel, explicitado da seguinte maneira:

Se hace indispensable realizar un gran esfuerzo de contra-información. La dictadura terminó por disolver los partidos políticos y puso fin a la mascarada del ‘receso polí-

12 Sobre a obra do artista, ver VENTURELLI, José. *Patria Negra y Roja*. Geneve: Edition Librairie Rousseau, 1975.

tico'; está en plena embestida en contra el movimiento sindical; se ha vuelto a poner en servicio de manera pública el siniestro campo de prisioneros de Cuatro Alamos, que más que un centro de incomunicación es un lugar de torturas según la experiencia de todos aquellos que lograron salir con vida de ese lugar. Aumentan las muertes misteriosas, las agresiones físicas a quienes persisten en los empeños humanitarios, hay toda una nueva campaña para desprestigiar a la Vicaría de la Solidaridad, se asaltan bufetes de trabajo de profesionales, se provocan incendios en centros culturales o sedes gremiales, detonan bombas en los tribunales de justicia y en domicilios particulares. Es decir, se ha creado artificialmente un estado de creciente tensión en medio de una vida aparentemente normal (CHILE-AMÉRICA, 1977, p. 154).

Muitos elementos sobre a dinâmica da violência da ditadura e do contexto autoritário ascendente no Chile estiveram presentes nessa citação, mas nos centraremos, para finalizar, nos desaparecidos e no trabalho humanitário e de resistência à perseguição política. Sobre os desaparecimentos, a lógica contraditória, por trás dessa prática de extrema gravidade, estava em sugerir uma situação de não violência (de aparente normalidade, como argumentou a revista) e, assim, buscar paralisar atitudes contra o regime por parte de quem poderia demandar explicações, ações legais ou assistências, especialmente junto à *Vicaría de la Solidaridad*, principal organização humanitária no país que amparou psicóloga, espiritual e juridicamente os familiares que ansiavam por notícias de seus entes. Foi a organização, no Chile, que exerceu mais decisivamente a defesa dos direitos humanos, com um trabalho significativo de coleta de testemunhos e produção de acervo portador de informes e dados variados das vítimas, contemplados em boa medida por *Chile-América*.

A cultura e a linguagem dos direitos humanos, todavia, espalhavam-se pelos inúmeros segmentos que lutavam pelo fim do autoritarismo no Chile e sua reconstrução democrática, em boa medida a partir dos intelectuais exilados, pertencentes ou não aos partidos, construindo uma ambiência transnacional que conectava políticos, artistas, religiosos, acadêmicos, autoridades dos países receptores do exílio massivo chileno, dentre outros. *Chile-América* foi uma das principais manifestações materiais representativas das ações sistemáticas e coordenadas que, a partir de um sentido transnacional, conectou inúmeros campos de atuação humanitária e política, produzindo amplo repertório discursivo e imagético de maneira a informar e denunciar o que se passava no Chile submetido ao estado de violência do pinochetismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, podemos pensar *Chile-América* como um vetor ou um suporte cultural e político que atuou, desde o exílio, como um arquivo alternativo (não oficial) da repressão, coletando, organizando, produzindo e divulgando sistematicamente informações inéditas ou reproduzidas de outras fontes, visando esclarecer sobre as violações de direitos humanos no Chile.¹³

Atuar no mundo dos arquivos, da aquisição e publicidade de dados, imagens e memórias que possibilitassem robustecer as denúncias contra a ditadura, confrontando suas

13 Tomamos esse sentido de arquivo alternativo da repressão da autora Elizabeth Jelin. Ver JELIN, Elizabeth. Introducción. Gestión política, gestión administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (orgs.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Buenos Aires; Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 5-6.

versões oficiais, foi uma forma de resistência de grande significado para os meios políticos e humanitários da luta chilena pela democracia e pela verdade, experimentando passos preliminares pela justiça em relação às vítimas do aparato de violência do pinochetismo. *Chile-América* agiu nesse campo de disputas desde os primeiros momentos da resistência, pela revelação e pela memória, contra o esquecimento e a impunidade, e o fez como um impresso periódico, deliberadamente, consumando parte fundamental do seu projeto editorial.

Para a revelação das violências institucionais secretas, pulsava o sentido político da prática da coleta, organização, edição e divulgação desses registros por parte de seus principais integrantes, pertencentes ao *Comité Editor*, em um exercício constante de arquivamento, mediação e criação intelectual.

A ideia de arquivo, afirma Elizabeth Jelin (2002, p. 1), encontra-se intimamente ligada à perspectiva de preservar os rastros do passado. No caso de *Chile-América*, seria melhor dizer o registro de um presente duro, em curso, pulsando o dinamismo da violência e do autoritarismo que dividiam o Chile e revelavam a face destrutiva de sua história política recente, cuja sucessão de acontecimentos era acompanhada pela revista de maneira a intervir e transformar a conjuntura.

A combinação entre narrativas testemunhais e imagens, como buscamos analisar neste artigo, serviu como estratégia editorial executada pela revista de forma a desvelar as implacáveis investidas da ditadura contra a esquerda chilena, principalmente, ainda que atingissem duramente todo o campo da oposição democrática, além de expressivas parcelas populares e setores das igrejas cristãs dedicados ao trabalho humanitário, igualmente críticos não somente da perseguição política exercida, como também da política econômica neoliberal do regime pinochetista. Tratou de um trabalho político que, para abrir caminho para a democracia, seria preciso compreender e derrotar a face mais desumana do projeto pinochetista: a eliminação dos seus adversários políticos e a violação da dignidade humana.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

- CHILE-AMÉRICA. Cuadro resumido de detenciones y desapariciones en los últimos cuatro meses de 1976. **Chile-América**, Roma, n. 25-26-27, p. 229-232, 1976 e 1977.
- _____. El calvario de una joven mujer católica en Grimaldi. **Chile-América**, Roma, n. 16-17-18, p. 74-76, 1976.
- _____. El desaparecimiento es la institucionalización de la impunidad. **Chile-América**, Roma, n. 19-20-21, p. 97-104, 1976.
- _____. Las desapariciones constituyen la practica más alarmante del conjunto de violaciones de los derechos humanos en Chile. **Chile-América**, Roma, n. 28-29-30, p. 211-216, 1977.
- _____. Las desapariciones: impunidad para reprimir y ocultar asesinatos. **Chile-América**, Roma, n. 25-26-27, p. 191-193, 1976 e 1977.
- _____. La presión interna y externa obliga a Pinochet a levantar el Estado de Sitio, pero lo reemplaza por el Estado de Emergencia. **Chile-América**, Roma, n. 39-40, p. 191-192, 1978.
- _____. La realidad actual sobre las violaciones de derechos humanos en Chile. **Chile-América**, Roma, n. 16-17-18, p. 70-73, 1976.
- _____. Nuevos métodos de intimidación terrorista pone en práctica la dictadura chilena. **Chile-América**, Roma, n. 31-32, p. 153-156, 1977.
- _____. Posición y propósitos. **Chile-América**, Roma, n. 1, p. 3-4, 1974.
- _____. Testimonio de la Dra. británica Sheila Cassidy ante la Comisión de Derechos Humanos ONU. **Chile-América**, Roma, n. 16-17-18, p. 86-99, 1976.
- COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. Algunas formas de violaciones de los derechos humanos. Detenidos Desaparecidos. **Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación**, volume 1, Tomo 1, p. 22-23, 1996; volume 1, Tomo 2, p. 888.
- COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. **Informe de la Comisión Nacional de Prisión Política y Tortura**. Gobierno de Chile, Santiago, 2004.
- CONSEJO DE CHILE-AMÉRICA. Aviso importante. **Chile-América**, Roma, n. 88-89, p. 2, 1983.
- CRUZ, María Angélica. Silencios, contingencias y desafíos: el archivo de la Vicaría de la Solidaridad en Chile. *In*: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (orgs.). **Los archivos de la represión**: documentos, memoria y verdad. Buenos Aires; Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 137-178.
- JELIN, Elizabeth. Introducción. Gestión política, gestión administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión. *In*: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (orgs.). **Los archivos de la represión**: documentos, memoria y verdad. Buenos Aires; Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 1-13.
- KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006.
- LANDAETA SEPÚLVEDA, Romané Valeska. **La represión política en Chile**: un estudio sobre la memoria histórica del horror. 2012. 600f. Tesis doctoral. Doctorado de Historia Contemporánea. Universidad Autónoma de Madrid (UAM).
- PASTRO, Tamara Claudia Coimbra. **Comparação de elementos da justiça de transição no Brasil e no Chile e a atuação das Comissões da Verdade como instrumentos para a democracia (1961-2019)**. (Dissertação de mestrado). 236f. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

PINTO VALLEJOS, Julio. Y la historia les dio razón? El MIR en dictadura, 1973-1981. *In*: VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando; PINTO VALLEJOS, Julio (orgs.). **Su revolución contra nuestra revolución.** Izquierdas y derechas en el Chile de Pinochet (1973-1981). Santiago: LOM Ediciones, 2006, p. 153-205.

ORREGO, Elizabeth; ZÚÑIGA, Gonzalo. La solidaridad internacional con Chile: una aproximación a la Comisión Internacional Investigadora de los crímenes de la Junta Militar en Chile. *In*: <http://www.cedocmuseodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2011/12/Sobre-la-Comisi%C3%B3n-Internacional-InvestigadoraFinal%C3%ADsimo.pdf>. Acesso em: 09/09/2020.

RONIGER, Luis. **Historia mínima de los derechos humanos en América Latina.** Ciudad de México: El Colegio de México, 2018.

ROJAS, María Eugenia. **La represión política en Chile:** los hechos. Madrid: IEPALA Editorial, 1988.

SILVA SOLAR, Julio. Revista Chile-América. Disponível em: <http://www.cedocmuseodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2013/01/revista-chile-america2.pdf>. Acesso em: 12/09/2016.

VENTURELLI, José. **Patria Negra y Roja.** Geneve: Edition Librairie Rousseau, 1975.

ENTREVISTA

José Antonio Viera-Gallo. Entrevista concedida ao autor no dia 18 de outubro de 2018.